



“Melhor impossível”: a nova etapa da hegemonia neoliberal sob o Governo Lula

David Maciel

Professor da UFG

E-mail: macieldavid@ig.com.br

Resumo: Analisamos a combinação entre políticas econômicas que favorecem o capital financeiro, em geral, e as empresas imperialistas brasileiras, em particular, e as políticas sociais compensatórias que atraem o apoio de expressivas camadas do proletariado, que o governo Lula vem implantando. Tal combinação confere, à hegemonia neoliberal, capacidade não apenas de se recuperar do abalo de 2001-2002, mas de adquirir muito maior solidez. Concluímos que o governo Lula está repondo a hegemonia burguesa numa qualidade superior, ao resgatar o apoio popular ao neoliberalismo, pela mediação do *lulismo*, e ao retomar a capacidade de financiamento estatal para o grande capital e, principalmente, ao organizar a força política do mundo do trabalho, que passou a oscilar entre a adesão transformista à ordem neoliberal e o isolamento político e social, aliado à fraqueza eleitoral.

Palavras-chave: Hegemonia Neoliberal; Transformismo; Neoliberalismo moderado; Governo Lula.

Introdução

Após sete anos de mandato, o governo Lula, iniciado em janeiro de 2003, conferiu ao programa neoliberal e aos interesses do grande capital a ele associados uma legitimidade não vista desde meados dos anos 90. Mais do que isto, conferiu ao neoliberalismo uma estabilidade política tão sólida que o transformou no único projeto político a pautar efetivamente o debate político, inclusive a campanha eleitoral de 2010, seja em sua versão moderada, seja em sua versão extremada. Esta situação nos permite afirmar que, com o governo Lula, a hegemonia neoliberal atingiu uma qualidade superior, combinando a aplicação de uma política econômica favorável ao grande capital com políticas sociais compensatórias que conferem ao governo enorme apoio popular, além de cooptar grande parte dos movimentos sociais e suas organizações e de impor à esquerda socialista uma situação de fragmentação e isolamento político, também inédita.

Se, de um lado, a hegemonia neoliberal é favorecida pela ossatura autocrático-burguesa do Estado brasileiro, que privilegia a articulação e defesa dos interesses das classes dominantes, ao mesmo tempo em que dificulta a organização e mobilização das classes subalternas, de outro lado, o atual momento hegemônico é fruto da orientação neoliberal moderada do governo, o que garantiu o apoio de frações majoritárias do grande capital, de grande parte dos movimentos sociais e partidos de esquerda, além da adesão passiva das massas trabalhadoras desorganizadas, repondo a hegemonia neoliberal em novas bases. A manutenção do núcleo duro da orientação econômica neoliberal, após a eclosão da crise econômica mundial, e os altos índices de popularidade desfrutados pelo presidente evidenciam, na atualidade, a força política do neoliberalismo no país.

1- Neoliberalismo moderado e novo padrão de acumulação capitalista.

A partir de sua posse na presidência da República, em janeiro de 2003, Lula abandona definitivamente o programa *neodesenvolvimentista moderado* com o qual havia sido eleito, em 2002, e passa a aplicar a versão moderada do programa *neoliberal*, que já vinha sendo conduzida por FHC em seu segundo mandato, mas que agora ganha muito maior organicidade e abrangência. Naquela conjuntura, o *neoliberalismo moderado* era uma necessidade do bloco no poder, haja visto o esgotamento da versão extremada. Já tendo realizado as (*contra*-)reformas *neoliberais* fundamentais (Plano Real, privatizações, reforma da previdência, Lei de

Responsabilidade Fiscal, criação das Agências Reguladoras, abertura financeira e comercial, autonomia prática do Banco Central, enxugamento da máquina pública, com demissões de servidores e sucateamento/desmante de serviços públicos, reeleição), que redefiniram a ossatura do Estado, a versão extremada entra em crise, com o colapso do Real, em 1999 e a crise energética de 2001/2002. A mudança começa a ser operada pelo governo com o fim da banda cambial, a redução relativa das taxas de juros, o aporte de recursos ao capital produtivo, principalmente o agronegócio e a *suspensão temporária* de novas reformas neoliberais, até que condições políticas mais favoráveis as permitissem. A candidatura governista, derrotada nas eleições de 2002, propugnava o aprofundamento deste novo curso, o que lhe foi, ainda assim, insuficiente para garantir a vitória e recuperar a legitimidade perdida (MACIEL, 2005).

A partir de 2003, o *neoliberalismo moderado* é aprofundado, caracterizando o governo Lula desde então. Combinando a manutenção do núcleo duro da política econômica neoliberal – regime de metas de inflação, política de superávit primário, taxas de juros elevadas, câmbio valorizado – com o aprofundamento e a ampliação das políticas sociais compensatórias – Bolsa Família, Fome Zero, valorização do salário mínimo, entre outras –, o governo Lula ainda se beneficiou de uma conjuntura externa favorável, o que possibilitou taxas de crescimento econômico não vistas desde os anos 80.

A partir de 2003, o neoliberalismo moderado é aprofundado, caracterizando o governo Lula desde então. Combinando a manutenção do núcleo duro da política econômica neoliberal – regime de metas de inflação, política de superávit primário, taxas de juros elevadas, câmbio valorizado – com o aprofundamento e a ampliação das políticas sociais compensatórias – Bolsa Família, Fome Zero, valorização do salário mínimo, entre outras –, o governo Lula ainda se beneficiou de uma conjuntura externa favorável, o que possibilitou taxas de crescimento econômico não vistas desde os anos 80.

elevadas, câmbio valorizado—com o aprofundamento e a ampliação das políticas sociais compensatórias—Bolsa Família, Fome Zero, valorização do salário mínimo, entre outras—, o governo Lula ainda se beneficiou de uma conjuntura externa favorável, o que possibilitou taxas de crescimento econômico não vistas desde os anos 80. O cenário externo favorável e a retomada de parte da capacidade de financiamento do Estado potencializaram as condições propícias à concentração e à acumulação de capital, criadas pelas *(contra)reformas neoliberais*. O resultado foi o desenvolvimento de uma nova etapa do capitalismo brasileiro, marcada pelo aprofundamento do padrão de acumulação dependente-associado, com a criação do que podemos chamar, provisoriamente, de *padrão de acumulação neoliberal* ou *pós-desenvolvimentista*, sob comando do grande capital externo, encarnado na forma das empresas transnacionais e do capital financeiro. Isto por que, ao mesmo tempo em que houve um significativo processo de internacionalização da economia brasileira e de regressão colonial, ocorreu um movimento de concentração e centralização capitalista tão grande entre as empresas brasileiras, que inúmeras destas passaram a exercer uma nítida postura imperialista.

Essa situação fortaleceu a condição de plataforma de valorização do capital financeiro exercida pela economia brasileira, ao passo em que integrou as empresas brasileiras aos circuitos internacionais mais avançados de valorização capitalista. Ou seja, ao mesmo tempo em que aprofundou sua dependência externa, o capitalismo brasileiro associou-se, ainda mais, à dinâmica imperialista internacional, transformando as grandes empresas brasileiras em beneficiárias dos mecanismos de dominação econômica e de acumulação capitalista definidos pela abertura de mercados e pela especulação financeira, enterran-

do, definitivamente, qualquer perspectiva de desenvolvimento de um *capitalismo nacional*.

O processo de internacionalização da economia brasileira assumiu proporções definitivas com as políticas de abertura econômica e financeira e de privatizações, levadas a cabo nos anos 90, o que fez com que o capital externo se tornasse majoritário entre as frações do capital monopolista e que os mecanismos *financeiro-especulativos* de valorização capitalista se desenvolvessem ao ponto de determinar a política econômica governamental e de aprofundar a vulnerabilidade externa da economia brasileira. Muitas vezes em parceria com grandes empresas brasileiras, o capital externo foi o principal beneficiário da venda das empresas estatais e serviços públicos, decorrente das políticas de privatização e de cortes nos gastos sociais do Estado, e da falência de diversas empresas brasileiras, engolidas pelas políticas de abertura econômica e financeira. O resultado foi a transformação da economia brasileira em plataforma de valorização do capital internacional, seja em termos produtivos, seja em termos fictícios (PAULANI e PATO, 2005).

Um dos desdobramentos do processo de internacionalização da economia brasileira foi o que, aqui, chamamos de *regressão colonial*, ou seja, a combinação entre desindustrialização relativa, em quase todos os departamentos industriais, mas principalmente naqueles produtores de bens de maior densidade tecnológica e valor agregado, a perda de capacidade tecnológica e o crescimento do peso econômico do setor produtor de alimentos, matérias-primas e recursos naturais, produtos de menor densidade tecnológica e baixo valor agregado transformados em *commodities* no mercado internacional. Este setor é, de longe, o mais importante na pauta de exportações brasileira, posicionando o Brasil como grande exportador de produtos primários e

Um dos desdobramentos do processo de internacionalização da economia brasileira foi o que, aqui, chamamos de regressão colonial, ou seja, a combinação entre desindustrialização relativa, em quase todos os departamentos industriais, mas principalmente naqueles produtores de bens de maior densidade tecnológica e valor agregado, a perda de capacidade tecnológica e o crescimento do peso econômico do setor produtor de alimentos, matérias-primas e recursos naturais, produtos de menor densidade tecnológica e baixo valor agregado transformados em commodities no mercado internacional.

semi-industrializados. Além disso, a regressão colonial significa que a economia brasileira situa-se, na divisão internacional do trabalho, como consumidora dos bens e recursos de alta tecnologia característicos da revolução tecnológica. A velocidade da inovação tecnológica, seu alto custo de produção e a extrema descartabilidade de seus produtos, com conteúdo fortemente tendente à redução do tempo de uso das mercadorias, tornam bastante remota a possibilidade de que a revolução tecnológica seja copiada fora de seus centros produtores originais, criando uma situação inédita, se pensarmos na expansão da chamada 2ª Revolução Industrial na periferia do capitalismo (OLIVEIRA, 2003). Isto significa que, apesar do crescimento da economia brasileira no cômputo mundial, seu caráter dependente e periférico continua insolúvel.

Por outro lado, o processo de internacionalização da economia brasileira, regido pelo capital financeiro internacional, também permitiu que empresas instaladas no país o usassem como plataforma para sua expansão imperialista em outros países da periferia, configurando uma situação imperialista. Este comportamento foi adotado tanto pelas transnacionais estrangeiras, que o praticam há décadas, quanto por empresas brasileiras, que assumiram um caráter transnacional na última década. Isto foi possível tanto por que estas empresas associaram-se ao capital externo - em alguns casos são empresas de origem estatal ou privada nacional que foram adquiridas pelo capital estrangeiro -, quanto, e também, por que assumiram a condição de grande capital financeiro, participando ativamente do núcleo duro da acumulação capitalista no país. Tais empresas usam o país não só como plataforma de produção e exportação de bens e serviços, mas investem maciçamente nas economias de outros países, chegando a ter uma participação decisiva em sua dinâmica interna, como é o caso da Petrobrás na Bolívia.

Além disso, participam ativamente da especulação financeira propiciada pela política de juros altos, câmbio livre, metas de superávit primário, negociando títulos públicos e papéis como componente elementar da dinâmica de valorização de seu capital. Segundo dados da UNCTAD, se, entre 1980 e 2000, o estoque de investimento direto de empresas brasileiras no

exterior passou de 38,5 bilhões de dólares para 51,9 bilhões, em 2007, o estoque de investimentos já era de 129,8 bilhões de dólares, indicando o enorme salto da exportação de capitais, ocorrido durante o governo Lula (HERNANDES, 2010). Assim configurou-se uma situação que podemos denominar de imperialista, pois o *imperialismo brasileiro* é, na verdade, nada mais do que plataforma de valorização do capital financeiro internacional e a ele está subordinado, além disso, é uma espécie de *saída* do grande capital nacional para driblar os limites do mercado interno brasileiro e manter seu ímpeto concentracionista do capital e expansionista, em termos geográficos. Aqui a aproximação com o conceito de *subimperialismo* de Rui Mauro Marini (2000) é bastante sugestiva e merece um detalhamento, que aqui não podemos desenvolver.

Em relação a esta dinâmica imperialista, o governo Lula tem se distinguido em relação aos governos anteriores por combinar uma política externa *independente*, voltada para intensificar as relações políticas e comerciais com os países da periferia e colocar o país de forma protagônica no cenário internacional, com a retomada do que poderíamos chamar de uma política industrial. Apesar da participação do Brasil no comércio global ter se mantido estável nas últimas décadas, há um claro privilegiamento das relações comerciais com os países capitalistas periféricos, em detrimento do comércio com os EUA, a União Européia e o Japão. Neste cenário, é a postura imperialista assumida pelas empresas brasileiras que explica a súbita ascensão de Lula à condição de liderança internacional, bem como as pretensões brasileiras na ONU e as novas tarefas assumidas pelo país nas diversas instâncias internacionais como G-20, FMI, OMC, Conferência do Clima etc. (COSTA, 2009).

No plano industrial, há a perspectiva de claramente fortalecer as empresas instaladas no país, que possuem uma postura imperialista, com recursos do BNDES, dos bancos estatais ou dos fundos de pensão, por meio do financiamento direto e da participação acionária ou, ainda, autorizando/favorecendo fusões que dão origem a megaempresas, capazes de concorrer no mercado internacional. O aumento vertiginoso dos recursos disponibilizados para financiamento pelo BNDES, com a capitalização de 137 bilhões de reais a

partir de 2008 e a disponibilização de mais 80 bilhões para 2010, é a manifestação mais visível desta política industrial (HERNANDES, 2010). Porém, esta orientação não é voltada para reverter a dependência externa, o atraso tecnológico ou, ainda, fortalecer as médias e pequenas empresas, mas sim para reforçar o imperialismo brasileiro nos marcos de acumulação neoliberal. Isto porque os setores favorecidos por tal política são os mesmos que protagonizam os fenômenos da regressão colonial e do imperialismo: alimentos (Sadia, Perdigão e Brasil Foods, que é a fusão das duas, além dos frigoríficos Bertine e JBS), papel e celulose (Aracruz e Votorantim), petróleo e derivados (Petrobrás, Ipiranga, Braskem), siderurgia e mineração (CSN, Gerdau, Usinimas, Vale), transportes (Embraer) e construção civil (Odebrecht) (HERNANDES, 2010).

A aplicação desta política industrial também não implica o estabelecimento de mecanismos de regulação e intervenção estatal, típicos de uma perspectiva desenvolvimentista, nacionalista ou keynesiana, pois o governo limita-se a *induzir indiretamente* o desenvolvimento econômico, emprestando recursos, tornando-se sócio minoritário das empresas ou empreitando-lhes obras, abrindo mão de regular o mercado e de estabelecer prioridades com base num programa distributivo e desenvolvimentista. Isto se combina perfeitamente à livre movimentação do capital, defendida pela perspectiva programática neoliberal, e configura um apoio estatal, fundamentalmente passivo, negando, na

prática, os que afirmam que o governo Lula assumiu uma postura desenvolvimentista ou intervencionista a partir do segundo mandato. Além disso, no longo prazo, tal política de financiamento significa transferência de renda do Estado para o capital financeiro, pois, enquanto o Tesouro se endivida a taxas de 11,5% ao ano para capitalizar o BNDES, este empresta dinheiro a taxas de juros anuais de 6,25%

(HERNANDES, 2010). É o verdadeiro “Bolsa Capital”, como já se disse.

Por outro lado, é importante destacar o papel do Estado como *avalista* do processo de valorização do capital fictício. O aspecto mais visível e debatido (inclusive criticado pela esquerda) do papel do Estado no padrão de acumulação neoliberal é o chamado *Estado mínimo*, ou seja, o conjunto de políticas que favorecem a livre movimentação do capital, a redução ou eliminação da regulação econômica e a transformação dos bens sociais públicos em mercadorias. Isto contribuiu poderosamente para aprofundar a super-exploração dos trabalhadores, compensando, do ponto de vista do capital a tendência de rentabilidade decrescente, vigente desde os anos 70 (CARCANHOLO, 2009). Porém, o aspecto mais orgânico exercido pelo Estado na dinâmica de valorização do capital é a transformação da dívida pública em ativos financeiros, papéis *rolados* na ciranda financeira, que funcionam como um tipo fundamental de capital fictício (PAULANI, 2009). Esta função só pode ser exercida pelo Estado devido à sua capacidade de realizar uma *punção* sobre a mais-valia social e a renda salarial, por meio da tributação, como nenhum outro agente financeiro é capaz, por maior que seja sua função de mediação das relações econômicas. Para tanto, é crucial que parte do montante arrecadado pelo Estado seja *reservado* para pagar os juros e serviços da dívida pública, negociados no mercado financeiro; isto explica a política de superávit

primário, as reformas da previdência, os cortes de gastos, a lei de responsabilidade fiscal e o próprio programa de privatizações, que livrou o Estado do ônus de financiar *gigantes acorrentados*, como diria Francisco de Oliveira (1998, p. 121-157), ou seja, empresas capitalistas cuja dinâmica de acumulação era contraditada por políticas anti-inflacionárias, pela venda de produtos a preços politicamente controlados

A aplicação desta política industrial não implica o estabelecimento de mecanismos de regulação e intervenção estatal típicos de uma perspectiva desenvolvimentista, nacionalista ou keynesiana, pois o governo limita-se a induzir indiretamente o desenvolvimento econômico, emprestando recursos, tornando-se sócio minoritário das empresas ou empreitando-lhes obras, abrindo mão de regular o mercado e de estabelecer prioridades com base num programa distributivo e desenvolvimentista.

para favorecer a acumulação privada, pelos cortes de investimentos e pela transferência de lucros para o Tesouro, quando possível.

Deste ponto de vista, o papel fundamental assumido pelo Estado na dinâmica de valorização do capital financeiro é o de lastrear sua valorização, por meio da coação extra-econômica, da coação política, transferindo renda salarial dos trabalhadores e parte da mais valia social de parcelas do capital produtivo para o capital fictício, por meio da tributação e com base na sua própria legitimidade como representante do *povo-Nação*. O uso da coação extra-econômica nunca foi dispensado pela acumulação capitalista, principalmente em relação aos setores não-capitalistas. Porém, o núcleo da acumulação capitalista é baseado na coação econômica, o que sugere que a atual fase do capitalismo apresenta características contraditórias com sua dinâmica *normal*, pois a atual acumulação de capital é comandada por uma dinâmica de valorização baseada na coação extra-econômica.

Esse mecanismo revela a dificuldade do capital continuar se valorizando em condições *normais*, por meio do aumento progressivo da produção, nas condições criadas pela revolução tecnológica, pela reestruturação produtiva, pela globalização e pela crise ambiental, o que exigiria a supremacia do valor de uso sobre o valor de troca para que o sistema produtivo tivesse equilíbrio, negando a própria essência do modo de produção capitalista. Assim, a contradição entre forças produtivas cuja capacidade de produção cresce exponencialmente, e relações de produção que dispensam, o trabalho vivo como nunca, reduzindo a

renda salarial, ao mesmo tempo em que concentram riqueza e poder, só pode ser superada pela abolição do valor de troca, o que, para o modo de produção capitalista, é um contra-senso. Daí o crescente e agravante *curto-circuito* na relação entre produção e consumo, exigindo a redução da taxa de uso das mercadorias, o crescimento do caráter destrutivo

da produção e a própria *punção* da riqueza social pelo capital financeiro, com a mediação do Estado, como únicas *soluções* possíveis para o capital. Daí tornar-se crucial a total captura do Estado pelos interesses burgueses, particularmente os do capital financeiro internacional, o que implica o reforço dos seus elementos autocráticos e o esvaziamento de seus elementos democráticos, tornando *inquestionáveis* a política de superávit primário, os juros altos, o câmbio valorizado e o aporte de recursos públicos para financiamento da expansão imperialista e da concentração capitalista.

Daí tornar-se crucial a total captura do Estado pelos interesses burgueses, particularmente os do capital financeiro internacional, o que implica o reforço dos seus elementos autocráticos e o esvaziamento de seus elementos democráticos, tornando *inquestionáveis* a política de superávit primário, os juros altos, o câmbio valorizado e o aporte de recursos públicos para financiamento da expansão imperialista e da concentração capitalista.

2- Mudanças sociais e neopopulismo “lulista”.

As políticas sociais compensatórias, o *boom econômico* mundial do período 2004-2008, do qual o Brasil foi um dos principais beneficiários, e o próprio crescimento da economia brasileira possibilitaram dois fenômenos de importância social relativa, porém de grande significado político. O primeiro é o crescimento dos níveis de emprego formal e informal, que possibilitou uma melhora relativa na renda salarial. O segundo foi o crescimento da classe média, em função da diminuição dos estratos sociais considerados miseráveis (renda de até 1 salário-mínimo) e, principalmente, pobres (renda de 1 a 2 salários-mínimos), configurando uma pequena redução nos níveis de desigualdade social e uma modesta melhora na distribuição de renda. Os dois fenômenos foram fortemente favorecidos pelo ciclo de crescimento vivenciado pela economia brasileira entre 2004 e 2008, o maior das últimas duas

décadas, pois o PIB cresceu à taxa média de 4,7% ao ano. Só para comparar, no ciclo de crescimento anterior (1993-1997), já sob a lógica neoliberal, esta mesma média foi de 4%; enquanto entre 1984 e 1987, período do último suspiro do padrão desenvolvimentista, a média anual de crescimento do PIB foi de 6,1% (QUADROS, 2010).

É preciso ponderar que o real impacto destas mudanças na estrutura social brasileira foi bastante modesto diante do histórico de concentração de renda e de super-exploração do trabalho. Em primeiro lugar, o volume de empregos criados no período ficou bastante aquém do crescimento do PIB. Segundo dados de Waldir Quadros, enquanto o crescimento acumulado do PIB, entre 2004-2008, foi de 25,9%, as oportunidades individuais de ocupação cresceram apenas 13,5%, com maior incidência nos extratos sociais de menor renda, o que explica o maior crescimento da geração de empregos nas ocupações de menor qualificação e salários baixos, tendência esta que expressa o processo de regressão colonial do qual falaremos adiante. Em segundo lugar, segundo pesquisa da FGV, houve um crescimento da chamada classe C (renda de 3 a 10 salários-mínimos), no período de 2004 a 2008, de 42% para 52% da população, porém, de acordo com pesquisa do IPEA, que também localiza crescimento da classe média, isto se fez acompanhar por uma redução bastante modesta dos extratos sociais que vivem em situação de pobreza extrema (renda de até 25% do salário-mínimo), apenas 1,8%, e dos que vivem em situação de pobreza absoluta (renda de até 50% do salário-mínimo), 3,1% (QUADROS, 2010).

Pesquisa desenvolvida pelo próprio IPEA para o período 1995-2008, que dividiu toda a população em apenas três faixas de renda, indica que, enquanto a classe mais pobre reduziu-se de 34% para 26% da população e a classe superior de 44,2% para 36,6%, a classe intermediária aumentou de 21,8% para 37,4%. No entanto, segundo dados do mesmo IPEA, em 2008, a pobreza extrema ainda atingia 28,8% da população. A própria renda salarial manteve-se mais próxima de um valor estável do que em crescimento. Por exemplo, o salário real médio em São Paulo caiu para a metade, entre 1985 e 2004, apenas mantendo-se neste patamar de lá pra cá. Deste modo, de 2004 a 2008, a desigualdade de renda no país recuou apenas em 0,6% (RETRATO DO BRASIL, 2010 e CARTA CAPITAL, 2010).

Portanto, em termos de melhoria do rendimento

dos trabalhadores e de mobilidade social estas alterações não foram tão significativas, mas, devido ao caráter altamente concentrado da renda no país, ao caráter estrutural da super-exploração do trabalho e ao fato de que quem ganha acima de 2 salários-mínimos já ser considerado de classe média, tais mudanças envolveram um contingente demográfico significativo, principalmente para o proletariado de menor renda e dependente de formas de trabalho precarizado e informal. Ou seja, diante do *deserto neoliberal* (ANTUNES, 2004), criado desde os anos 90, estas mudanças significaram um alívio importante. Politicamente, estes setores formam a base da massa que apóia o governo Lula, adquirindo grande peso na configuração do eleitorado e grande importância no embate de 2010.

Diante do deserto neoliberal (ANTUNES, 2004), criado desde os anos 90, estas mudanças significaram um alívio importante. Politicamente, estes setores formam a base de massa que apóia o governo Lula, adquirindo grande peso na configuração do eleitorado e grande importância no embate de 2010.

Ora, essas mudanças sociais e econômicas, por menor que tenha sido sua amplitude, se comparadas com o crescimento do PIB no período, contribuíram para fortalecer o mercado interno, que se tornou um dos *amortecedores* do impacto da crise mundial sobre a economia brasileira, em 2009. Porém, ao contrário do que poderia parecer à primeira vista, tais mudanças não significam o desdobramento de uma perspectiva desenvolvimentista e distributiva, nem estão em contradição com o padrão de acumulação capitalista em vigor no país desde os anos 90, pois, na verdade, o reforçam. Isto porque criam as condições econômicas e políticas para sua manutenção e aprofundamento, diante da crise. O *lulismo* é uma dessas condições políticas.

Em “Raízes sociais e ideológicas do Lulismo”, André Singer (2009) avança interessantes indicações para o entendimento das bases sociais do governo Lula e, mais especificamente, do fenômeno do *lulismo*. Partindo de pesquisas eleitorais que detectam o conteúdo social do voto desde 1989, Singer localiza uma tendência permanente de voto nas forças conservadoras por parte do que ele chama de *subproletariado*, ou seja, as camadas proletárias que vivem uma situação social de instabilidade, marcada pelo desemprego ou por formas de trabalho precarizado e ou informal. Devido

a estas circunstâncias estas camadas proletárias são politicamente desorganizadas e ideologicamente conservadoras, resistentes à mudança, ficando à mercê do paternalismo estatal. Localizados entre os extratos de mais baixa renda, tais setores sociais apoiaram o discurso *modernizante* e anti-comunista de Collor, em 1989, e a defesa da estabilidade monetária por FHC, em 1994 e 1998.

Em 2002 inicia-se um processo de aproximação destes segmentos sociais com a candidatura Lula, consolidado em 2006. Em 2002, a aproximação inicia-se devido à crise do neoliberalismo e à identificação popular com a trajetória pessoal do candidato (imigrante nordestino, origem proletária, exemplo bem sucedido de ascensão social etc.). Em 2006, tal processo se deveu às políticas adotadas pelo governo para estes segmentos sociais. Segundo Singer, cinco políticas governamentais foram decisivas para garantir o apoio do subproletariado ao governo Lula: ampliação do Programa Bolsa Família; valorização do salário-mínimo; criação do crédito consignado; barateamento da cesta básica e crescimento dos níveis de emprego. Alguns dados confirmam esta interpretação: segundo Flávio Tonelli, durante o governo Lula o preço da cesta básica caiu de 78% para 50% do valor do salário-mínimo, enquanto o crédito aumentou, entre setembro de 2008 e fins de 2009, em 40% nos bancos públicos, 8% nos bancos privados nacionais e 3,5% nos bancos estrangeiros. As taxas de desemprego caíram de 11,7% da PEA, em 2003, para 8,8%, em 2008 (IMANISHI, 2010).

De acordo com Singer (2009), tais políticas começaram a surtir efeito a partir de 2004, garantindo o progressivo apoio dos pobres ao presidente e ao governo, o que compensou a perda parcial de apoio tradicionalmente obtido pelo PT junto aos setores escolarizados, urbanos e de classe média, descontentes com o *mensalão*, com o conservadorismo da política econômica e com as alianças políticas do governo. Para Singer, a manutenção do receituário neoliberal foi o preço que o governo Lula teve que pagar junto às classes dominantes para que estas aceitassem as

políticas sociais adotadas, criando uma situação de progressismo social, combinado a conservadorismo econômico. É interessante observar que o apoio dos pobres a Lula e ao governo não se estende ao PT, que continuou eleitoralmente baseado no voto urbano, escolarizado e de melhor renda ou no voto dos setores populares organizados. Esta situação abre caminho para o entendimento do apoio popular ao presidente como *lulismo*, um tipo específico de situação bonapartista de base populista.

Segundo Singer (2009), o *lulismo* se baseia na liderança bonapartista exercida pelo presidente sobre as camadas subproletárias a partir do Estado, quando este *organiza*, de cima para baixo, a ação política destas camadas sociais politicamente desorganizadas, ação política expressa em apoio ao governo, alta popularidade presidencial e votos. Tal fenômeno assemelha-se, então, à relação estabelecida entre Louis Napoleão e os camponeses franceses, conceituada por Marx como bonapartismo, no famoso “O 18 brumário de Louis Bonaparte”. No caso brasileiro, tal fenômeno assemelha-se ao populismo varguista, segundo avaliação de Singer. A analogia com Vargas faz sentido, com a diferença de que Lula tem um apelo popular muito maior, devido à sua origem social e ao próprio tipo de liderança que construiu (popularesco, conciliador, pragmático etc.).

Partindo-se desta análise, pode-se afirmar que o apoio popular ao governo Lula não expressa uma guinada à

esquerda do espectro político brasileiro, ou a conscientização e mobilização dos pobres, ou ainda uma radicalização dos setores sociais organizados, mas apenas a transformação do tradicional comportamento clientelista e conservador alimentado pelas massas em relação ao Estado, em apoio a um governo com origem na esquerda. Ou seja, não há uma mudança qualitativa no caráter do conflito político no Brasil, pois a velha tendência *estadolatra* e *bonapartista* em relação aos pobres continua, agora em condições pioradas, devido ao avanço do desemprego e do trabalho precarizado e informal.

Cinco políticas governamentais foram decisivas para garantir o apoio do subproletariado ao governo Lula: ampliação do Programa Bolsa Família; valorização do salário-mínimo; criação do crédito consignado; barateamento da cesta básica e crescimento dos níveis de emprego. Alguns dados confirmam esta interpretação.

Assim sendo, o chamado *lulismo* representa, na prática, o apoio popular inorgânico e desorganizado ao *neoliberalismo moderado*, o que lhe confere um caráter conservador, porque, no plano geral, o neoliberalismo não só retira direitos e benefícios do conjunto dos trabalhadores como aprofunda a super-exploração do trabalho. A aprovação da proposta de criação da *Consolidação das Leis Sociais* consolida institucionalmente as políticas sociais compensatórias e deve reforçar este apoio, pelo menos no próximo período.

O chamado *lulismo* representa, na prática, o apoio popular inorgânico e desorganizado ao neoliberalismo moderado, o que lhe confere um caráter conservador, porque, no plano geral, o neoliberalismo não só retira direitos e benefícios do conjunto dos trabalhadores como aprofunda a super-exploração do trabalho. A aprovação da proposta de criação da *Consolidação das Leis Sociais* consolida institucionalmente as políticas sociais compensatórias e deve reforçar este apoio, pelo menos no próximo período.

A dimensão populista assumida pelo *lulismo* é francamente favorecida pelas características da institucionalidade política vigente no país, baseada na autocracia burguesa, reformada sob hegemonia neoliberal (MACIEL, 2008b). Isto porque algumas de suas características essenciais favorecem a criação de uma liderança bonapartista do presidente da República. A primeira delas é a supremacia do poder Executivo sobre os poderes Legislativo e Judiciário, centralizando demasiadamente o processo de tomada de decisões e conferindo ao presidente a posição de figura política mais importante. A segunda é o caráter institucional dos partidos, que favorece o aparelhismo frente ao Estado, o personalismo e o clientelismo, características que *bem* aproveitadas podem levar a uma liderança bonapartista. A terceira é a tutela estatal sobre os sindicatos, que faz com que a ideologia da outorga e do legalismo coloque os trabalhadores à mercê do fenômeno do paternalismo. A quarta é a tutela militar sobre os governos civis, que faz com que o presidente que contar com o apoio dos militares possa exercer uma postura arbitral em relação aos conflitos sociais e ao movimento dos trabalhadores, combinando concessões com a possibilidade, mesmo que implícita, de intervenções de força.

No caso do governo Lula, essas características foram combinadas a mais quatro fatores. O primeiro é a imagem construída em torno de sua trajetória

política pessoal, que combina origem popular, exemplo de ascensão social, postura conciliadora e, ao mesmo tempo, pragmática e discurso de sensibilidade social. Esta imagem permite-lhe criar uma relação de empatia com as massas, não vista desde JK ou Vargas, ao mesmo tempo em que despolitiza o conteúdo real de sua ascensão política, que só foi possível graças à mobilização e organização de milhões de trabalhadores, por quase três décadas, e à luta pela democracia e pelo avanço político da esquerda e não aos méritos pessoais do presidente. Assim, Lula presta mais um desserviço ao movimento dos trabalhadores e à sua luta. O segundo é o controle que o governo exerce sobre as duas principais organizações do mundo do trabalho, o PT e a CUT, permitindo sua utilização como instrumentos de legitimação do presidente e do governo. O terceiro é o conjunto das políticas sociais compensatórias, que, juntamente com o quarto fator, o período de crescimento econômico dos anos 2004-2008, permitiram a concessão de benefícios concretos às camadas populares, conferindo materialidade ao *lulismo*.

Assim sendo, em comparação com o populismo dos anos 1930-1964, o neopopulismo *lulista* é conservador, pois se estabelece, não só, sem reverter o processo de retirada de direitos sociais e trabalhistas, como o ampliando, veja-se a reforma trabalhista, aprovada paulatinamente, desde 2003. Além disto, dispensa a mediação política de qualquer organização social minimamente vinculada aos trabalhadores, como sindicatos e partidos, estabelecendo uma relação direta entre o governo federal (mas também os governos estaduais e municipais) e a população beneficiada, dificultando sua organização autônoma.

3- O mundo do trabalho entre o transformismo e o isolamento político.

O mundo do trabalho e, em particular, a esquerda

socialista vivem um novo período da crise de contra-hegemonia, que se arrasta desde a derrota de 1989. Isto porque o transformismo, exercido pela ordem autocrática sobre o PT e a CUT, colocou o movimento dos trabalhadores num beco sem saída programático, além de dificultar sobremaneira sua autonomia e a independência política frente ao Estado e ao capital. Sem falar no forte efeito desmobilizador exercido pelo governo Lula e pela transformação do PT num partido institucional e da CUT num aparelho do sindicalismo de Estado.

A *integração passiva* do PT e da CUT à ordem é o resultado mais importante e de efeitos mais duradouros da estratégia transformista exercida sobre as forças oposicionistas pela autocracia burguesa desde o início da transição democrática, ainda no governo Geisel (1974-1979) (MACIEL, 2004). Inicialmente, tal estratégia teve por foco principal a cooptação e integração aos grupos dirigentes da oposição burguesa (MDB/PMDB), contrária ao cesarismo militar vigente, em favor de uma transição democrática que apenas reformasse a autocracia burguesa. Mais tarde, já nos anos 80, com a transição praticamente concluída, operou-se a adesão dos seus setores de esquerda (PSDB) ao programa neoliberal e ao conservadorismo político (MACIEL, 2008a). Sobre estas forças políticas a operação transformista reproduziu o modelo clássico, definido por Gramsci, com sua integração aos grupos dirigentes de Estado e à institucionalidade política vigente, por meio da aplicação parcial de seu programa e do atendimento de parte dos seus interesses (GRAMSCI, 2002).

No entanto, paralelamente, a autocracia burguesa desencadeava um movimento transformista que visava o esvaziamento do conteúdo anti-autocrático da oposição popular surgida no final dos anos 70, que teve no PT e na CUT seus principais instrumentos de luta e organização. Sobre estas forças operou-se um movimento transformista distinto, mas também discutido por Gramsci, que, em outro lugar, definimos

A *integração passiva* do PT e da CUT à ordem é o resultado mais importante e de efeitos mais duradouros da estratégia transformista exercida sobre as forças oposicionistas pela autocracia burguesa desde o início da transição democrática, ainda no governo Geisel (1974-1979). Mais tarde, já nos anos 80, com a transição praticamente concluída, operou-se a adesão dos setores de esquerda (PSDB) ao programa neoliberal e ao conservadorismo político.

como “transformismo em sentido amplo” (MACIEL, 2006), ou seja, um processo de anulação e cooptação das forças oposicionistas, baseado numa dada formatação da institucionalidade política vigente, capaz de *condicionar*, de tal maneira, a atuação e a reprodução das forças oposicionistas que sua práxis cotidiana nega, crescentemente, seu projeto político-ideológico. Explicitando melhor, o Estado autocrático-burguês definiu, de tal maneira, a institucionalidade política que, para inserir-se nela, a maior parte das forças anti-autocráticas teve que abandonar ou atenuar, na prática, seu conteúdo anti-autocrático e seu programa anti-capitalista ou mesmo reformista.

No caso em questão, a autocracia burguesa foi capaz de operar esse movimento transformista sobre as forças populares, definindo a legislação partidária e eleitoral e preservando o sindicalismo de Estado. No primeiro caso, favorecendo a inserção institucional de partidos burocráticos, eleitores e pouco mobilizadores, justamente o contrário de uma perspectiva anti-autocrática, que defende a transformação dos trabalhadores em sujeitos políticos e a criação de partidos e ins-

trumentos de luta democráticos, participativos, mobilizadores e de forte conteúdo ideológico. No segundo caso, mantendo os sindicatos como braços do Estado junto ao movimento sindical, devidamente orientados para a conciliação entre capital e trabalho e para a defesa dos interesses meramente corporativos das categorias profissionais, também burocratizados e pouco representativos. Ao longo da transição democrática (1974-1989), as legislações partidária, eleitoral e sindical foram sendo reformadas e atualizadas, mas seu conteúdo autocrático jamais foi abolido.

Além desses fatores, contribuiu fortemente para o esvaziamento do conteúdo anti-autocrático das forças populares o fato de que o regime democrático, instalado a partir de 1988, não aboliu a tutela militar sobre os governos civis, a posição das Forças Armadas como mantenedoras da lei e da ordem e a perspectiva de que os

conflitos sociais devem ser tratados *manu militari*, sempre que possível. Ora, já nos anos 80, faziam-se sentir sobre o PT e a CUT o impacto deste movimento transformista, quando o partido opta pela via eleitoral, como caminho prioritário para a defesa dos interesses dos trabalhadores e a realização do seu programa (5º Encontro Nacional, 1987), e quando a Central definiu-se como uma entidade de aparelhos sindicais devidamente legalizados diante do Estado (3º Congresso da CUT, 1988) (MACIEL, 2008a).

Nos anos 90, a opção petista pela via institucional, em detrimento da perspectiva mobilizadora, tornou-se definitiva, o que implicou o longo e melancólico, abandono do projeto democrático-popular em favor de uma versão moderada do *neodesenvolvimentismo*, esta também abandonada a partir de janeiro de 2003. A CUT também abandonou a perspectiva contestatária e classista e a oposição à estrutura sindical, em favor da negociação e de uma postura defensiva diante da ofensiva contra os direitos trabalhistas e sociais, enquanto se tornava a maior máquina sindical do país, controlando grandes aparelhos sindicais, dirigidos por burocracias, cada vez mais, cupulistas e centralizadoras, financiadas por formas variadas de contribuição compulsória.

Com Lula na presidência, PT e CUT tornaram-se braços do governo junto aos movimentos sociais, funcionando, cada vez mais, como aparelhos da hegemonia neoliberal sobre os trabalhadores, pois a adesão à sua versão moderada tornou-se irresistível, como indicam o último congresso do PT, que referendou a candidatura de Dilma Roussef e a aliança com o PMDB e o posicionamento acríptico da CUT em relação ao governo.

O IV Congresso Nacional do PT, realizado em fevereiro de 2010, homologou o giro final de adesão do partido ao *neoliberalismo moderado*, desta vez no plano programático, o último que faltava. Além de indicar Dilma Roussef para a disputa eleitoral da sucessão de Lula, o partido confirmou a

aliança política com o PMDB, independentemente da indicação do vice. Entre os pontos mais representativos da adesão programática do partido ao *neoliberalismo moderado* estão: o compromisso com a estabilidade monetária, o que significa a manutenção do núcleo duro da política econômica (juros altos, câmbio valorizado, superávit primário); a recusa à proposta de restauração do monopólio estatal do petróleo e a defesa de que o pré-sal seja explorado nos moldes do que já faz a Petrobrás, ou seja, em parceria com o capital internacional; e, sem dúvida, a manutenção e o aprofundamento das políticas sociais compensatórias (PT, 2010). Além de impor sua candidata ao PT, Lula ainda conseguiu que o partido se submetesse à condição de mero braço político do governo na eleição presidencial de 2010, procurando tirar o máximo proveito desta situação para preservar ou, mesmo, ampliar sua inserção institucional.

Com a ascensão do PT ao governo federal, a CUT superou o dilema entre a crítica e a acomodação ao neoliberalismo, aderindo à perspectiva neoliberal. Segundo Galvão (2009), a partir de 2003, a Central passou a abdicar de sua postura crítica, não organizando a resistência dos trabalhadores a medidas neoliberais, como a reforma da previdência ou contendo o ímpeto grevista de suas bases, em favor do apoio ao governo Lula. Apesar do agravamento das divisões internas, com a saída de vários setores de esquerda para formar novas centrais (principalmente a *Intersindical* e a *Conlutas*), a direção majoritária da CUT, *Articulação Sindical*, que é formada pelo mesmo grupo político que dirige o PT, manteve sua posição governista e pró-neoliberal, apenas com alguma retórica crítica. Além disso, a CUT apóia a proposta de reforma sindical do governo, que, sem abolir o sindicalismo de Estado, conferirá um enorme poder decisório e econômico às centrais sindicais em relação às entidades sindicais e estruturas confederativas. Isto significa a adesão definitiva do núcleo duro do *novo sindicalismo* ao estatismo da estrutura sin-

Já nos anos 80, faziam-se sentir sobre o PT e a CUT o impacto deste movimento transformista, quando o partido opta pela via eleitoral, como caminho prioritário para a defesa dos interesses dos trabalhadores e a realização do seu programa (5º Encontro Nacional, 1987), e quando a Central definiu-se como uma entidade de aparelhos sindicais devidamente legalizados diante do Estado (3º Congresso da CUT, 1988).

dical brasileira. O apoio do PT e da CUT ao governo Lula teve o poder de colocar sob a órbita governista outros partidos e organizações de esquerda, como o PC do B, o PDT, a CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), entre outras, ampliando o apoio organizado de massa ao *neoliberalismo moderado*.

Entre as forças da esquerda socialista e os movimentos sociais combativos há uma *crise de contra-hegemonia*, que se arrasta desde os anos 90, mas que se agravou com a chegada do PT ao governo federal. Isto porque, além de consumir a integração passiva à ordem dos principais instrumentos de luta e mobilização criados nos últimos 30 anos, o governo Lula repôs a hegemonia neoliberal numa qualidade superior, enterrando, de vez, o projeto democrático-popular como alternativa anti-neoliberal. Além disso, o governo Lula enredou a esquerda socialista e os movimentos sociais combativos numa armadilha, que, aqui, estamos chamando de *armadilha lulista*, desdobrada em duas frentes. A primeira, é a tese do *mal menor*, ou seja, *ruim com Lula, pior com o PSDB/PFL-DEM*, o que significa considerar o *neoliberalismo moderado* de Lula preferível ao neoliberalismo extremado, de Alckmin, em 2006, e, agora, de Serra. A segunda, é o receio de denunciar o caráter anti-popular do governo Lula e fechar a possibilidade de interlocução com as massas lulistas e com parte do próprio movimento social.

Esta situação coloca a esquerda socialista numa situação de isolamento político inédita, talvez não vista desde o AI-5, em 1968, o que agrava sua incapacidade de refundar a crítica socialista, nos planos teórico e político, desenvolvendo uma teoria explicativa da atual configuração do capitalismo brasileiro, elaborando um projeto estratégico socialista que apresente, de forma concreta, a mediação entre as demandas imediatas e a perspectiva anti-capitalista, e desenvolvendo novas formas de mobilização e organização, capazes de atrair as massas

Entre as forças da esquerda socialista e os movimentos sociais combativos há uma crise de contra-hegemonia, que se arrasta desde os anos 90, mas que se agravou com a chegada do PT ao governo federal. Isto porque, além de consumir a integração passiva à ordem dos principais instrumentos de luta e mobilização criados nos últimos 30 anos, o governo Lula repôs a hegemonia neoliberal numa qualidade superior, enterrando, de vez, o projeto democrático-popular.

proletárias, marcadas pelo trabalho precarizado e/ou informal e pelo desemprego, além dos segmentos radicalizados dos trabalhadores de classe média.

Entre os partidos da oposição de esquerda, esta situação se expressa na fragmentação política e nas dificuldades de superação teórica e política do projeto democrático-popular. As atuais dificuldades de reedição da Frente de Esquerda para as eleições de 2010, reunindo PSOL, PCB e PSTU, revelam não só divergências políticas e programáticas, mas a própria necessidade de afirmação e sobrevivência apresentada por cada organização, num cenário de desmobilização e defensiva política e ideológica. A mesma dificuldade se apresenta no plano das centrais sindicais classistas, como *Conlutas* e *Intersindical*, com dificuldades para avançar para a fusão ou formas mais orgânicas de articulação. No plano teórico e programático, ainda predomina a *jaula de ferro* do projeto

democrático-popular, apesar do recente avanço apresentado pelo PCB, com o abandono do etapismo e da proposta de frente nacional-democrática em favor da tese da atualidade da revolução socialista, no país, e da construção de uma frente anti-capitalista das classes subalternas. Em grande medida a propositura de um capitalismo nacional, distributivo e democrático como *ante-sala* da transição socialista, apresentada pelo projeto democrático-popular, ainda rege a perspectiva programática da esquerda socialista, por mais que as (contra-)reformas neoliberais e a internacionalização da economia brasileira tenham tornado sua viabilização bastante remota, sem uma revolução política ou uma ruptura institucional de grande fôlego. Isto levanta uma nova problemática, pois se, para ser implantado, o projeto democrático-popular depende de uma ruptura política deste porte, então a transição socialista deve ser colocada na ordem do dia, e não qualquer variante *democrático-popular* de capitalismo.

No plano dos movimentos sociais percebe-se ainda

grande dificuldade de transição de uma propositura meramente corporativa (luta pela terra, luta por moradia, luta por direitos específicos) para um projeto alternativo de sociedade. Ligados diretamente às massas proletárias que mais sofrem com a situação do desemprego, as do trabalho precarizado e/ou informal, os movimentos sociais urbanos e agrários disputam diretamente com o Estado a direção política destes segmentos sociais. No entanto, as políticas sociais compensatórias e o *lulismo* tem exercido forte atração sobre estas massas proletárias, quebrando o poder de mobilização e organização dos movimentos sociais e fortalecendo sua adesão passiva ao *neoliberalismo moderado*.

Sob a capa de uma democracia representativa, onde um ex-operário pôde chegar à presidência da República, a autocracia burguesa continua impedindo a ascensão dos trabalhadores à condição de sujeito político, porém, desta vez muito mais por meio do transformismo do que da simples repressão política.

4- Conclusão.

Partindo do exposto acima podemos concluir que, sob o governo Lula, a hegemonia neoliberal adquiriu uma qualidade ainda não vista desde sua constituição, em meados dos anos 90. Atendendo aos interesses do grande capital presente ou atuante no país, o governo Lula favorece a acumulação capitalista, mediada pela especulação financeira e pelo imperialismo, ao mesmo tempo em que estimula a crescente unificação de interesses entre o capital financeiro internacional e o grande capital privado nacional, este cada vez mais imperialista e multifacético, atuando, de forma organicamente articulada, nos setores industrial, agrícola, comercial e bancário, além de operar na especulação financeira, como mecanismo *normal* de valorização. O apoio do grande capital à política econômica pró-concentracionalista e pró-imperialista, do governo Lula, força o candidato da oposição de direita e do neoliberalismo extremado, José Serra, a ter que se comprometer com um *Estado forte, ativo, mas não obeso* (CARTA, 2010).

Com o aprofundamento e a ampliação das políticas sociais compensatórias e o período de crescimento econômico e a cooptação das principais organizações do mundo do trabalho, o governo Lula angariou o apoio das massas proletárias desorganizadas, e

mesmo daquelas organizadas pelas correntes majoritárias do movimento sindical e pelos partidos governistas, conquistando uma legitimidade popular, que se prolonga no tempo e que torna o presidente da República o principal ator político das eleições de 2010, pleito em que ele não concorre a cargo algum. Esta situação evidencia que, sob o *neoliberalismo moderado* de Lula a hegemonia burguesa no Brasil aproximou-se, um pouco mais, da situação hegemônica típica, conceituada por Gramsci em diversas situações (GRAMSCI, 2000). Isto porque, historicamente, a hegemonia burguesa no Brasil é imperfeita, pois incapaz de se assentar solidamente no consenso ativo, baseado na efetiva concessão

de benefícios aos trabalhadores, afinal o sistema de super-exploração do trabalho, a concentração de renda e a autocracia burguesa nunca foi desmontado. Ao contrário, é agora atualizado, pois, sob o lema do combate aos *privilégios* e da defesa da eficiência, os direitos trabalhistas e sociais são progressivamente anulados; sob o discurso da ascensão do país à condição de potência internacional, as empresas capitalistas brasileiras tornam-se imperialistas; ao mesmo tempo em que, sob a capa de uma democracia representativa, onde um ex-operário pôde chegar à presidência da República, a autocracia burguesa continua impedindo a ascensão dos trabalhadores à condição de sujeito político, porém, desta vez, muito mais por meio do transformismo do que da simples repressão política. Nisto reside o segredo da nova qualidade da hegemonia burguesa no Brasil. O simples agravamento da crise econômica e social, possibilidade concreta no futuro próximo, não será suficiente para quebrar esta hegemonia, caso a mobilização dos trabalhadores e a esquerda socialista não construam uma alternativa.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- CARCANHOLO, Reinaldo A. A atual crise do capitalismo.

Critica marxista, São Paulo, n° 29, p. 49-55, 2009.

CARTA, Mino. Será?. *Carta Capital*. São Paulo, n° 592, p. 16, 21 abr. 2010.

CARTA CAPITAL. Uma dívida a céu aberto. *Carta Capital*. São Paulo, n. 579, p. 13, 20 jan. 2010.

CINTRA, Luiz A. Os surfistas se arriscam. *Carta Capital*. São Paulo, n. 579, p. 34-35, 20 jan. 2010.

COSTA, Antonio Luiz, M. C. Em terra de cegos. *Carta Capital*, São Paulo, n. 574, p. 28-32, 2 dez. 2009.

GALVÃO, Andréa. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. *Outubro*, São Paulo, n. 18, p. 175-197, 2009.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 5, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HERNANDES, Rafael. Nossas campeãs mundiais. *Retrato do Brasil*, São Paulo, n° 30, p. 9-11, jan. 2010.

IMANISHI, Lia. A crise acabou?. *Retrato do Brasil*, São Paulo, n° 30, p. 12-14, jan. 2010.

MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)*. São Paulo: Xamã, 2004.

_____. O enigma de Tancredi: governo Lula e reposição da hegemonia neoliberal. *Antítese – Marxismo e Cultura Socialista*, Goiânia, n. 1, p. 88-108, out. 2005.

_____. Notas sobre revolução passiva e transformismo em Gramsci. *História Revista*, Goiânia, vol. 11, n. 2, p. 273-299, jul/dez 2006.

_____. *De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)*. Goiânia, 2008. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, 2008a.

_____. Neoliberalismo e autocracia burguesa no Brasil. In: *Cadernos Cemarx*, n° 5, Campinas: UNICAMP/IFCH, 2008b, p. 195-210.

MARINI, Rui Mauro. Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. In: *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 11-103.

OLIVEIRA, Francisco de. *Os direitos do antivalor: A economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis, Vozes, 1998.

_____. “O ornitorrinco” In: *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 121- 150.

PAULANI, Leda Maria e PATO, Christy Ganzert. “Investimentos e servidão financeira: o Brasil no último quarto de século” In: PAULA, João Antonio de. *Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 37- 65.

PAULANI, Leda. Autonomização das formas sociais e crise. *Critica marxista*, São Paulo, n. 29, p. 25-31, 2009.

QUADROS, Waldir. Um passo atrás. *Carta Capital*. São Paulo, n. 578, p. 66-69, 13 jan. 2010.

PT. *Resoluções do 4º Congresso Nacional do PT*. Disponível em: <www.pt.org.br>. Acesso em 26 abr. 2010.

RETRATO DO BRASIL. *O vôo do Brasil*. São Paulo, n. 30, p. 6-8, jan. 2010.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos*. São Paulo, n. 85, p. 83-102, dez. 2009. 